

## CULTURA POLÍTICA E CULTURA VISUAL: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

MARIA CONCEIÇÃO FRANCISCA PIRES  
SERGIO LUIZ PEREIRA SILVA

### RESUMO

O presente artigo discute as possibilidades que emergem da interseção entre as categorias conceituais *cultura política* e *cultura visual* no interior dos estudos históricos, especialmente no campo da História Política. Pretende-se discutir como o exame dos elementos visuais produzidos por determinados grupos sociais e políticos oferece condições para dar visibilidade às suas práticas, sensibilidades, valores, representações e referências simbólicas, bem como proporciona condições para tornar compreensíveis as culturas políticas dos mesmos.

**Palavras-chave:** Cultura visual. História. Cultura política.

A premissa que buscamos desenvolver neste artigo refere-se à pertinência que a abordagem da cultura visual demonstra para o historiador que almeja desenvolver uma análise da cultura política de determinados grupos políticos e sociais. Nossas considerações se fundam nos novos contornos que foram acentuados pela nova história cultural à dimensão cultural, tornando-a “um estudo dos processos e práticas das quais se constrói um sentido e se forjam os significantes do mundo social” (SALIBA, 1997, p. 12). Seguindo as ponderações realizadas por Saliba, entendemos que o conjunto de “alterações do estatuto teórico na compreensão da cultura e da história” foi capital para as reformulações realizadas no interior da história cultural no decorrer do século XX. Desse modo, é inegável que a revisão da história cultural consistiu num processo de emancipação “de modelos que remetiam o social a outra coisa e não a si mesmo”, fundamental para que a cultura passasse a se relacionar com a totalidade histórica (SALIBA, 1997, p. 16).

As considerações de Saliba servem de introito para a nossa intenção de discutir como a junção dos conceitos de cultura política e cultura visual serve ao intento de desenvolver uma espécie de hermenêutica das práticas sociais e culturais no interior do campo político contemporâneo. Acreditamos que tais conceitos, incorporados pela história cultural a partir das décadas finais do século

XX, contribuem para o desenvolvimento de análises da política sob novas dimensões que transcendem o campo político-institucional.

Assim, seguindo essa aliança conceitual e metodológica, acreditamos ser possível aos historiadores não só da cultura, mas também do político, “compreender como os homens do passado se compreendiam, como eles se constituíam a si mesmos, à sua totalidade e à sua própria história”. (Idem).

Estudos recentes<sup>1</sup> demonstram que as narrativas visuais contribuem para gerar um ambiente de visibilidade e propagação dos valores socioculturais dos grupos e comunidades, colaborando ainda na legitimação dos seus sentimentos de pertença perante outras identidades. Ao mesmo tempo, tais estudos têm tornado compreensíveis novas práticas, sensibilidades, valores, representações e referências simbólicas das sociedades contemporâneas.

Refletir sobre as narrativas visuais significa desenvolver uma atitude hermenêutica de interpretação sobre como a produção visual de representações – individuais ou coletivas, mentais, textuais ou iconográficas – e de elementos não visíveis (como a memória) colaboram para a construção das divisões do mundo social e encontram condições para se legitimar adquirindo força real para os que a vivenciam.

O ato de ver, na sociedade contemporânea, está associado à esfera estética da produção e consumo de imagens, cada vez mais fluentes e vivas no dia a dia das sociedades. Esse consumo, por sua vez, relaciona-se ao processo de produção, circulação e projeção de imagens no qual se funda o conceito de cultura visual. Definimos por cultura visual o *modus operandi* de produção, distribuição e circulação de

conjuntos imagéticos e mensagens visuais que expressam, por meio das interações e sociabilidade no mundo da vida cotidiano, as formas visualizadas de comunicação da imagem, nos âmbitos dos espaços públicos e privados da sociedade pós-moderna (SILVA, 2012).

Na cultura visual, o valor estético transcende a percepção e se inscreve na sobrevalorização do real imagético, fazendo com que o valor estético da realidade sobressalte a própria realidade. Dentro desse processo, acreditamos haver uma relação dialética entre o real e a representação, na qual a síntese é quase sempre a representação da representação, ou seja, a ancoragem que o real tem na sua imagem e a representação estética que o recontextualiza dentro de um novo campo de valorização perceptiva. Com isso, a centralidade do olhar na cultura visual é um ato social objetivo dotado de fundamental importância na relação social entre a imagem e o mundo que ela tenta representar.

Na sociedade pós-moderna em que vivemos, a supervalorização, a superexposição e a supervisualização de mensagens imagéticas convive paradoxalmente com a nossa incapacidade de absorver o volume de mensagens que essa cultura visual nos proporciona. O senso comum e o conhecimento prático são, em certa medida, incapazes de instrumentar e/ou dialogicamente conhecer e tomar consciência dessa exacerbação imagética contemporânea. Existe, assim, uma ambivalência no seio da cultura visual, que se forma pelo paradoxo relativo à produção imagética e à incapacidade de darmos conta de sua totalidade imagética, que se renova e se transforma dentro do processo cotidiano no qual estamos inseridos.

“ a centralidade do olhar na cultura visual é um ato social objetivo dotado de fundamental importância na relação social entre a imagem e o mundo que ela tenta representar ”

<sup>1</sup> Consultar: Mirzoeff, Nicholas. *An Introduction to Visual Culture*. London and New York: Routledge, 1999; Jenks, Chris. *The Centrality of the Eye in Western Culture*. In: *An Introduction to Visual Culture*. London and New York: Routledge, 1999; Slater, Don. *Potography and Modern Vision*. In: *An Introduction to Visual Culture*. London and New York: Routledge, 1999.

Esse contexto paradoxal se explicita com mais propriedade na contradição entre a riqueza da experiência visual e a incapacidade de lidar com a imagem dentro de um campo de conhecimento mais apropriado. Ou seja, vemos muitas imagens, mas lidamos de forma pouco reflexiva com elas. Muitas vezes olhamos e não sabemos o que vemos, talvez por não sabermos ver o que vimos.

Outro aspecto assinalado pelos estudos contemporâneos do campo da cultura visual refere-se ao fato de que a produção visual favorece os grupos sociais aliados do poder à delimitação dos espaços sociais que esses ocupam e o reconhecimento social dos mesmos. Entende-se que a fruição e a reprodução, entre grupos, dos símbolos, valores, linguagens e atitudes disseminadas por meio da produção visual, tendo como objeto fenômenos políticos, oferece condições para a constituição de redes de sociabilidades, ao mesmo tempo em que a transforma em instrumento de reforço de uma cultura política onde se desenvolvem práticas articulatórias e linguagens políticas que produzem “um padrão de pertencimento diferente do da coesão grupal” (BURITY, 2001, p. 189).

A trajetória do conceito de cultura política não é muito longa. Trata-se de um conceito recente, forjado em comunhão com outras categorias conceituais, retiradas de empréstimo de disciplinas do campo das ciências humanas – categorias nem sempre colocadas em questão pelas análises já consagradas –, descentralizando o enfoque de uma perspectiva meramente socioeconômica ou política. Com isso, a categoria cultura política apresenta uma expressiva operacionalidade para os estudos históricos contemporâneos por facultar elementos analíticos capazes de ampliar o escopo analítico sobre a dinâmica política e reinterpretar comportamentos e ações políticas, individuais e coletivas.

No campo da história, as reflexões em torno da categoria cultura política ganharam

maior destaque nos anos de 1980 e 1990. Isso porque, entre os anos de 1950 e 1970, a prioridade dos estudos históricos esteve na análise dos processos sociais e econômicos. No Brasil, sobretudo, os fenômenos políticos foram retomados nos anos 1980 e 1990, dada a influência da historiografia francesa, que buscava demarcar um espaço para os estudos voltados para o político. Embora os historiadores, como os antropólogos e cientistas políticos, apresentem ressalvas às elaborações propostas por Almond e Verba (1963) acerca da “naturalização dos regimes democráticos, o uso excessivo de metodologias quantitativas, a definição de política no marco liberal-democrático”, o conceito mostrou-se pertinente por apontar possibilidades que transcendiam o campo político-institucional.

Na análise das ações políticas foram inseridas questões próprias dos estudos históricos, como as associadas às vivências, sensibilidades e códigos culturais próprios dos atores sociais, ampliando, desse modo, o conceito de política, bem como a noção de relações de poder. Essas passam a ser concebidas como intrínsecas às relações sociais, excedendo, assim, o poder do Estado e o campo político-institucional.

Assim, nessa chave de compreensão, a cultura política se constitui pelo substrato filosófico, pelas referências históricas, pelo sistema de representações e pelas redes de sociabilidades em que estão envolvidos os grupos sociais. Como destaca Serge Berstein (2009), considerar o sistema de representações partilhado por um grupo social torna-se crucial “na busca de respostas para questões pertinentes aos comportamentos políticos que transcendam as explicações racionalistas, deterministas, comportamentalistas, que oferecem um pressuposto unívoco para os atos e comportamentos [...]” (Idem, p. 32).

Essas não podem ser pensadas a não ser que se considerem os problemas fundamentais vividos pelas sociedades das quais elas emergem e como, nessa

conjuntura, elas atuam apresentando soluções globais. Tampouco é possível desconsiderar as transformações que sofrem ao longo da história, afinal, a adaptação às mutações das estruturas sociais é algo vital para sua manutenção e evolução.

Dentre as questões incorporadas pelos historiadores às reflexões sobre o conceito de cultura política, destacam-se: a extinção de uma perspectiva valorativa de uma cultura política em detrimento de outra, conferindo-lhe, portanto, uma superioridade; afastando-se de um viés generalizante, retira-se de sua abordagem uma perspectiva nacional. Passam-se, assim, a valorizar as pluralidades existentes num mesmo espaço nacional, suas peculiaridades, sem desconsiderar a possibilidade da existência de uma cultura política hegemônica.

Os acontecimentos políticos, bem como as ações e comportamentos que orientaram tais acontecimentos, são pensados numa dimensão temporal mais ampla, considerando-se o tempo demandado para a constituição de tais ações e comportamentos e como estes se integraram ao universo de fenômenos políticos.

“ valorizar as pluralidades existentes num mesmo espaço nacional, suas peculiaridades, sem desconsiderar a possibilidade da existência de uma cultura política hegemônica ”

Com base em tais pressupostos, Gomes (2005, p. 31) apresenta a seguinte definição para cultura política: “um sistema de representações complexo e heterogêneo, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo atribui a uma dada realidade social, em determinado momento de tempo”. A autora se fundamenta claramente nas proposições de Berstein, uma vez que coloca como elemento norteador a ideia da coexistência de um sistema de representações amplo e não restrito à política, que pode ser coerente ou rival entre si, mas que é determinante para a composição da

visão que os homens que dela partilham tenham da organização e da sociedade em que vivem, bem como dos papéis sociais ocupados.

Essa definição requer um cuidado especial para que tal categoria não fique restrita ao tema das representações, conceito que os historiadores tomaram de empréstimo da antropologia cultural para pensar a ação humana de representar o mundo por meio de imagens, discursos e práticas sociais, qualificando-o e orientando o olhar e a percepção sobre a realidade representada. Esse é um aspecto ressaltado por Rodrigo Patto (2009, p. 19) quando define como cultura política a partilha do “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”.

As representações são entendidas pelo autor como “a re-apresentação como presente a algo que não é diretamente dado aos sentidos” e que envolve tudo que é empregado para constituir, reforçar e manter referências coletivas relacionadas ao universo político. O autor demonstra, ainda, uma cautela com o uso do conceito de representações e coloca as ações e práticas dos atores sociais nela envolvidos no mesmo patamar de importância para a constituição de culturas políticas.

“ envolve tudo que é empregado para constituir, reforçar e manter referências coletivas relacionadas ao universo político ”

Embora as representações influenciem as ações humanas, é por meio das práticas que estas se reproduzem e ganham sentido. Com tal afirmação, busca-se assinalar o fato de que as representações se fundam na realidade. É com o mundo social que dialogam e ao mesmo tempo é sobre seu desdobramento que interferem. Desse modo, práticas, ações e representações, num

conjunto e não isoladamente, mostram-se determinantes para a constituição das culturas políticas. Por outro lado, não podemos perder de vista o fato de que, ao considerarmos a importância das representações para a constituição de uma cultura política, estamos garantindo a possibilidade de explicar comportamentos políticos de atores sociais coletivos ou individuais, sem perder de vista suas sensibilidades, experiências e vivências.

Creemos que é pertinente estarmos atentos ao fato de que culturas políticas podem servir de inspiração para determinadas políticas culturais e podem se vincular a culturas históricas que marcaram a memória nacional – como no caso do Estado Novo – e podem reforçar imaginários políticos, mas essas permanecem distintas e é imprescindível não perder de vista essas distinções. É relevante, ainda, considerar a importância de alguns vetores sociais para a reprodução das culturas políticas, tais como a família, as instituições educacionais, corporações militares, partidos e sindicatos, além da relevância dos meios de disseminação impressos (GOMES, 2005; PATTO, 2009). Isso não implica na restrição das culturas políticas às formações partidárias, mas, sim, considerar que as culturas políticas transcendem as formações partidárias e que outros vetores sociais incidem de maneira significativa na disseminação dos valores de uma determinada cultura política.

Outro ponto ressaltado por esses autores refere-se à inter-relação entre as diferentes culturas políticas, sendo possível, por vezes, se falar na interdependência das mesmas. Esse processo não implica necessariamente na perda da identidade, mas certamente contribui de forma incisiva para que esta não se mantenha rígida e alheia às mudanças experimentadas pela sociedade. Finalmente, cremos ser relevante assinalar o destaque dado por esses autores à inadequação do uso da categoria cultura política para referir-se a fenômenos de curta

duração. A vinculação estabelecida com o dado cultural, construído ao longo da história de um grupo ou de um povo, fecha o espaço para eventos efêmeros.

Tendo em vista os cuidados imperiosos para se levar à frente um estudo sobre cultura política, mas aproveitando as possibilidades abertas pelo enfoque nas culturas políticas, sobretudo no que tange ao desenvolvimento de uma análise mais sofisticada dos comportamentos políticos, pode-se reiterar, como assinalado por diferentes estudiosos da cultura política, que o que confere um singular valor explicativo a esse conceito é a possibilidade de compreender, exatamente na média e longa duração, como crenças, representações, mitos e demais elementos que estão enraizados na cultura dos grupos influenciam determinados comportamentos políticos.

A nossa proposta é privilegiar a análise da cultura visual como um dos vestígios que possibilita identificar formas de organização e manifestação política desenvolvidas por grupos/classes sociais situados à margem do sistema de poder, colocando em relevo formas diversificadas e menores de disputa e mobilização política geradas, por vezes, em espaços não institucionais de debate político.

Nesse sentido, a cultura visual é percebida como produtos culturais, políticos e sociais que expressam, por meio de suportes formais, representações sobre uma dada realidade social, constituindo-se em um importante modo de resistência e ação política. Esse tipo de análise contribui para ampliar o leque de alternativas para a compreensão das lutas políticas entre e/ou intraclasses, valorizando e cedendo espaço para possibilidades de manifestações ainda não devidamente contempladas. É uma perspectiva que corrobora com o pressuposto de que “nas relações de dominação, os dominantes não anulam os dominados, ainda que haja desequilíbrio de força entre os dois lados” (GOMES, 2005, p. 24).

A associação entre o exame da cultura visual produzida por determinados grupos no interior de uma determinada cultura política contribui, no âmbito dos estudos sobre comportamentos políticos, para ampliar os problemas a serem abordados por uma história cultural que dialoga com a história política.

No que tange ao tratamento a ser dado às fontes visuais, uma questão que se coloca como fundamental refere-se à sua interpretação ou, em outras palavras, às formas de abordagens a serem empregadas para recuperar os sentidos que o passado tentou produzir para perenizar uma imagem de si para o futuro. Para tanto, parece imprescindível, em primeiro lugar, ter em consideração o fato de que “a imagem não ilustra nem reproduz a realidade, ela a reconstrói a partir de uma linguagem própria produzida num dado contexto histórico” e que, ao mesmo tempo, “não existe um documento verdade” (KORNIS, 1991, p. 150).

Tal processo implica num procedimento de análise que se empenha em “demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos” (Idem) produzindo, assim, uma crítica analítica contextual que buscará rebuscar os diversos significados que as imagens se revestem, em conformidade com os diferentes tempos históricos, valorizando esses significados.

Ao lado da analítica contextual, mostra-se frutífera uma abordagem histórico-semiótica das fontes visuais (MAUAD, 1994), valorizando o que Umberto Eco (1993) chamou de “ator da prática semiótica”, ou seja, o que está para além da explicação sobre o signo, as condições de produção do mesmo e daquele que o produz e, talvez mais interessante, os seus contextos de uso (MENESES, 2005).

No atual contexto de hipervisualidade virtual, a máxima “as imagens valem mais que as palavras” parece ganhar sentido. Lidamos com uma riqueza cada vez maior de

experiência visual fundada na produção/divulgação de imagens fotográficas e videográficas, que têm mudado sensivelmente a experiência das sociabilidades e da propagação das diferentes culturas políticas.

A forma ontológica do ser tem se estruturado na aparência do ser e se desdobra para as formas do ver. Mais do que nunca parece ser preciso ver para crer, para ser e para ter. A partir do ver e do ter, dentro desse campo de experiência e dos horizontes de expectativas próprios dos sujeitos contemporâneos, tem-se criado um modelo de interação com o mundo bastante ambivalente entre realidade e imagem.

Imagens e formas, esteticamente definidas, dão referências que guiam as ações sociais dos sujeitos nos espaços públicos e privados. A autorreferência do sujeito e sua representação estética retratada na sua imagem fotográfica e videográfica, presente no mundo virtual, dá ao mundo pós-moderno e pós-convencional a possibilidade de se autoconstruir visualmente perante si e perante o mundo social. Nesse caso muito particular, vemos a base de consolidação do olhar como uma ação social, baseada na experiência visual e nas referências simbólicas do modo de ver diversificado e se ver, estruturada por estilo de vida, por gosto, por classes, por segmentos sociais e culturais, que reestruturam as referências das formações identitárias.

“ buscará rebuscar os diversos significados que as imagens se revestem, em conformidade com os diferentes tempos históricos, valorizando esses significados ”

As imagens, como textos, são formas de representar e encobrir o mundo. Servem para descrever as coisas e lhes dar sentido, suprimindo e integrando, desdobrando e restringindo a realidade ao mesmo tempo. Os elementos visuais produzidos pelos grupos sociais ou políticos são artefatos culturais e,

por isso, podem e devem ser explorados como forma de discurso que contribui para a construção de significados sociais e políticos resultando, por vezes, num conjunto de significações que, ao serem partilhadas por quem as acessa, passam a produzir sentidos que muitas vezes se tornam determinantes para suas vidas.

No contexto contemporâneo, as relações de articulações dos sujeitos foram mediadas pela afirmação discursiva da desconstrução, descentralização, fragmentação e construção narrativa da ideia de sujeito e identidade, cujas pertenças culturais e simbólicas se fundamentam numa destradicionalização tanto das estruturas como das instituições as quais pertencem. Esse sujeito, marcado por novos interesses identitários, trocou as relações de classe pelas relações de reconhecimento identitário e adicionou às relações materiais valores simbólicos e virtuais.

A imagem, como forma de representação da realidade, aparece nesse cenário como parte das múltiplas articulações dos atores sociais na forma de fazer política e se representam socialmente nos novos espaços da esfera pública. Um exemplo característico desse processo pode ser visto no contexto da sociedade em rede, através da qual os novos atores sociais, com suas pertenças, desempenham papéis performáticos numa forma de representação social da identidade e do discurso na articulação de seus interesses, reverberando suas ações políticas (Castells, 1999; Melucci, 1996).

Com isso, nessa estrutura de rede, a descentralização das ações desses atores representa, dentre outras coisas, uma maneira de retirar do conceito de identidade o caráter essencialista, atribuindo-lhe uma perspectiva constitutiva de processo e interação, em que estão envolvidos elementos de representação social dessa identidade. O que estamos afirmando é que a identidade torna-se, cada vez mais, um processo de construção de múltiplas

pertenças, ao mesmo tempo em que a esfera pública da sociedade pós-convencional faz com que a imagem, em seu interior, se torne um elemento fundamental de significação dos valores sociais.

Essas múltiplas pertenças, articuladas em torno de novas leituras e da revisão dos valores tradicionais sobre a realidade, produzem re-significados simbólicos e se inserem nos espaços sociais dando um caráter multi-identitário e multidimensional à esfera pública.

Como afirmou Simônides (ano), ao refletir sobre a pintura como poesia muda e a poesia como pintura falante (apud GINZBURG, 2007, p. 23), as imagens são formas de rerepresentar e, ao mesmo tempo e de forma diferenciada, encobrir o mundo. No momento em que descrevem as coisas e lhes dão sentidos, também suprimem e integram, desdobrando e restringindo a realidade ao mesmo tempo. Devem, portanto, ser pensadas como artefatos culturais e serem exploradas como formas discursivas visuais que contribuem de forma incisiva para a construção de significados sociais.

Ao identificarmos o caráter discursivo da cultura visual, intentamos colocar em relevo o caráter atributivo que possui quando empregado para dar sentido à realidade, transcendendo, desse modo, o seu papel denotativo ou uma simples condição de entretenimento (FLUSSER, 1983; DUARTE, 2010). Atentamos, portanto, para o fato de que as imagens produzidas pelos grupos sociais podem auxiliar de forma expressiva para tornar compreensível sua cultura política.

Com o desenvolvimento de uma análise visual crítica, que passa pelo conhecimento da gramática específica que envolve a produção das imagens em questão, pelo exame dos efeitos de verdade que são produzidos por meio das mesmas e pela reflexão sobre o contexto histórico de sua produção, podemos nos infiltrar nos sentidos que almejam passar, tomando-as, assim, como uma face da produção do conhecimento. Ou seja, os artefatos visuais,

assim como as novas linguagens empregadas, passam a ser compreendidas como objetos de circulação do conhecimento.

Ao partilharmos da premissa de Mirzoeff (1999) de que o mundo contemporâneo está quase que condicionado a visualizar e que a imagem tornou-se um substitutivo da palavra como instrumento para comunicar, defendemos a ideia de que a cultura visual pode ser empregada na pesquisa histórica como rastros, vestígios, traduções figurativas do real. Não como meros adornos, utilizados para ornar os exames sobre as práticas e comportamentos de determinadas sociedades ou grupos sociais e políticos, mas, como sugerido por Ginzburg (2007), como um recurso plausível para contornar lacunas encontradas no âmbito da pesquisa da história política tornando “visível a realidade representada” (GINZBURG, 2001, p. 85), ou ainda, de “representar o distante, o escondido, o ausente”, tornando-se, desse modo, “semióforos” (GOMBRICH, 1995).

## REFERÊNCIAS

ALMOND, G.; VERBA, S. **The Civic Culture. Politics Attitudes and democracy in five nations.** Newbury Park: CA, 1963.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et AL (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia.** Rio de Janeiro: FGV, 2009

BURITY, Joanildo A. Identidade e Múltiplo Pertencimento nas Práticas Associativas Locais. **Cadernos de Estudos Sociais.** Recife, v. 17, n. 2, jul/dez. 2001.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e Culturas Políticas – Definições, usos, genealogias. **Varia História.** Belo Horizonte, n.28, dez. 2002, p. 13-28.

ECO, Umberto. **Interpretação e Superinterpretação.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem I: possibilidades teórico-metodológicas para o uso da fotografia como recurso didático, uma experiência acadêmica. **Primeiros Escritos,** Niterói, n. 01, ,, 1994.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais.** São Paulo: Companhia das Letras,, 1989.

\_\_\_\_\_. **Olhos de Madeira. Nove reflexões sobre a distância.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso, fictício.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMBRICH, E.H. **Symbolic Images – Studies in the art of Renaissance II.** New York: Phaidon Press, 1978.

\_\_\_\_\_. **Arte e ilusão: um estudo sobre a psicologia da representação pictórica.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GOMES, Ângela Maria de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria F.B.; GOUVÊA, Maria de F.S. (orgs.). **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história.** Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

KORNIS, Mônica de Almeida. História e Cinema: um debate metodológico. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1991, p. 237-150.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Rumo a uma “História Visual”. In: MARTINS, J. de S.; ECKERT, C.; NOVAES, S. C. (orgs.). **O Imaginário e o Poético nas Ciências Sociais.** SP: EDUSC, 2005.



MIRZOEFF, Nicholas. **An Introduction to Visual Culture**. London and New York: Routledge, 1999.

MOTTA, Rodrigo S. Desafios e Possibilidades na Apropriação de Cultura Política pela Historiografia. In: **Culturas Políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SALIBA, Elias Thomé. Perspectivas para uma Historiografia Cultural. **Diálogos**, Maringá, v.1, n. 1 , p. 11-18, 1997.

SILVA, Sergio. **Impressões Sociológicas Interdisciplinares: saberes partilhados e fronteiras do Conhecimento** Saarbrücken, Germany: Editorial Academia Espanhola, 2012.